

XXII SEMANA DE HISTÓRIA

História e Resistência:
pesquisas e debates
sobre as experiências de resistência
no Nordeste



AS “CLASSES PERIGOSAS” NOS SERTÕES CEARENSES: TRABALHO E CONFLITOS NO SÉCULO XIX.

MARILIA ISABEL TOMAZ ROCHA DE MORAES¹; DARLAN DE OLIVEIRA REIS JUNIOR²

RESUMO: A pesquisa tem por objetivo analisar o processo histórico das diferentes formas de lutas de classes nos sertões cearenses, no decorrer do século XIX. Numa sociedade marcada por fortes desigualdades econômicas, escravidão, pobreza, discriminação das classes subordinadas e patrimonialismo, havia um permanente estado de tensão por parte das autoridades constituídas e por setores das classes senhoriais. O medo das chamadas “classes perigosas”, da violência vista como inerente às mesmas, da insurreição dos escravos, das rebeliões dos pobres, traduzia-se em formas de leis, estruturas policiais, discursos e na elaboração de uma espécie de saber destinado ao controle social. Por outro lado, as classes subordinadas também tinham seus receios. Pequenos camponeses temiam perder suas terras para os grandes fazendeiros, por exemplo. Havia o medo da fome, da miséria, que assolavam as camadas pobres. Os libertos temiam a reescravização, assim como, homens e mulheres que eram livres, segundo a legislação da época, temiam a chamada “escravização ilegal”. Os escravizados sofriam, além da própria violência que é a escravidão, com a violência física, o temor da venda e separação dos arranjos familiares, a discriminação de outros setores, enfim, com todo o estigma das relações escravistas. São utilizadas fontes existentes no Centro de Documentação do Cariri (CEDOCC) e da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional.

Palavras-chave: Classes perigosas. Pobres. Desigualdade econômica. Luta de classes.

1. Introdução

A pesquisa tem como objeto, o processo histórico das diferentes formas de lutas de classes nos sertões cearenses, no decorrer do século XIX, ou seja, os conflitos entre a classe senhorial dominante e as classes subalternas, vistas como perigosas: escravizados, moradores de favor, camponeses e demais grupos sociais explorados através do trabalho. Predominava uma economia

¹ Graduanda em História pela Universidade regional do Cariri- URCA Bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq. Membro do núcleo de estudos em história social e ambiente (NEHSA);
mariliaisabel.moraes@urca.br

² Orientador, Professor Associado da Universidade Regional do Cariri, Departamento de História.
darlan.reis@urca.br

XXII SEMANA DE HISTÓRIA

História e Resistência:
pesquisas e debates
sobre as experiências de resistência
no Nordeste



agrária, com atividades vinculadas ao mundo rural, não exclusivas, mas predominantes, combinando o uso de diversos tipos de mão de obra, trabalhadores livres, como os jornaleiros, agregados e trabalhadores escravizados, além do trabalho nas pequenas posses, realizados pelas famílias camponesas. A disciplinarização e o controle social sobre a população, através do trabalho, da legislação e do uso do aparato estatal, inclusive como os mecanismos de desclassificação social, exclusão da cidadania e a própria escravidão, além do efetivo exercício do poder através do estado, garantiam a continuidade das relações expropriatórias dos senhores sobre os trabalhadores.

No geral, a perspectiva dos agentes públicos seguia a mesma lógica de imputar a criminalidade às condições morais das chamadas “classes perigosas”, predispostas à ociosidade, à vadiagem e às diversões perniciosas, no entender de muitos daqueles membros do aparelho institucional. A preocupação com a segurança da propriedade era constante entre os defensores da ordem social existente na região do Cariri. E quem mais atentava contra essa ordem seriam as quadrilhas de salteadores que andavam pelos caminhos, transitavam entre as províncias. Desde a independência, o processo de consolidação das instituições governamentais levou em conta a subordinação da população considerada como inferior, sem direito à cidadania, o que se torna evidente no que foi estabelecido na constituição de 1824.

O processo não foi linear, sofreu mudanças em seu direcionamento, conforme as disputas políticas do período foram sendo definidas. Além disso, envolveu as experiências das classes sociais no processo de lutas entre senhores e trabalhadores. Não é possível entender a dinâmica da consolidação do aparelho estatal e do campo jurídico, sem levar em conta estes aspectos. Além disso, no exercício das funções destinadas a exercer o poder de coerção, suas atribuições e limites, estavam os elementos que direcionam a atuação dos governos no trato das questões que envolviam o mundo do trabalho e da ociosidade/criminalidade.

A prática da dominação levava a classe dominante a pensar os subordinados como dissolutos, justificando a própria dominação como necessária e providencial para a manutenção da ordem e da garantia da propriedade. Diante das colocações apresentadas, procuraremos nesta pesquisa, analisar as relações entre a organização do trabalho e da propriedade no decorrer do século XIX e os conflitos advindos deste processo: escravizados, roceiros, “cabras”, moradores, jornaleiros, fazendeiros, agentes públicos, o clero, a imprensa, compunham a estrutura social, o binômio consenso-conflito que conforma as relações sociais. As manifestações deste binômio apresentavam-se de várias formas: através da violência física, da emboscada, do serviço por encomenda, da vingança familiar, ou, através do recurso aos tribunais. O outro lado seria a vigência da cordialidade, do compadrio, da hospitalidade e do paternalismo. Caminhando juntos, o consenso e o conflito faziam parte do mesmo processo histórico do cotidiano rural nos sertões do Ceará oitocentista.

XXII SEMANA DE HISTÓRIA

História e Resistência:
pesquisas e debates
sobre as experiências de resistência
no Nordeste



2. Objetivos

Analisar as diferentes expressões das lutas de classes nos sertões cearenses do século XIX.

Identificar e analisar as formas de resistência dos homens subordinados, escravos e livres, trabalhadores no mundo rural.

Analisar a atuação do Estado e seus agentes diante dos conflitos sociais que ocorreram no período.

3. Metodologia

Na perspectiva da História Social, tanto as relações sociais, quanto às formas de propriedade, instituições, aparatos jurídicos e militares etc., são desnaturalizadas e compreendidas no devido processo histórico. Para atingir os objetivos propostos, entendo que a utilização das fontes históricas só tem sentido quando estão vinculadas a um procedimento metodológico coerente com as questões teóricas. A utilização de uma gama variada de documentos, a partir de uma abordagem que procura destacar aspectos do movimento social em um determinado espaço e temporalidade, depende dos critérios teóricos e metodológicos do pesquisador. Para Julio Aróstegui, o problema essencial do objeto da historiografia é sua irreduzível globalidade, além da exigência constitutiva de tratar com um objeto dinâmico, “Por isso, uma disciplina como a historiografia não tem outro remédio, para enfrentar a complexidade e heterogeneidade de seu objeto, do que recorrer à sequenciação temporal, à setorialização temática e à territorialização espacial”. (ARÓSTEGUI, 2006, p. 337). A compreensão de uma sociedade agrária passa pelo entendimento da dinâmica das forças produtivas e das relações sociais estabelecidas na formação social. A documentação é a base para a análise: cruzar as fontes, as informações presentes no interior da documentação, revelar as estratégias dos agentes sociais e ao mesmo tempo, aprofundar as leituras sobre o tema e teóricas.

4. Resultados

A pesquisa está em andamento, foi realizado o aprofundamento nas fontes, com base no que o orientador indicou, foi possível encontrar nos relatórios de província do ano de 1870 de setembro do desembargador João Antônio Freitas Henrique

Segurança individual e de propriedade

A quantidade de crimes que ocorreu, o desembargador coloca a culpa em cima dos pobres. “convém notar que a quais totalidade dos delitos teve por autores pessoas da última classe social, geralmente analfabetos e dados á maus hábitos, como a embriaguez ou ao mal-entendido desforço pessoal, e a ostentação valentia”.

XXII SEMANA DE HISTÓRIA

História e Resistência:
pesquisas e debates
sobre as experiências de resistência
no Nordeste



A citação referenciada acima é um reflexo do que era afirmado sobre as classes perigosas, a opinião e crença daqueles que comandavam a elite senhorial, é possível identificar pelo percurso da pesquisa que é algo que se repete, de forma a esse discurso ser encontrado nos jornais, nas leis províncias, nos arquivos da câmara publica, todas essas fontes proporcionam o estudo sobre aqueles que eram vistos como ociosos e vagabundos. É o que identificado na fala do Relatório de província de 1870, julho/ setembro do Chefe de polícia da província- Henrique Pereira na página 48

“O ataque, porém, à propriedade, no qual entra sempre a premeditação e calculo, é um mal quasi incuravel porque importa a hedionda ociosidade com o cortejo de todos os vicios e más tendencias; é a completa negação do trabalho; o espirito de perturbação latente á ordem pacial, cujo principal garante só pode ser o fructo do labor individual licito da familia.”

A afirmação que as pessoas pobres eram ociosas e preguiçosas, consequentemente seriam violentas é a construção de uma imagem que a classe senhorial faz transmitir, já que era necessário procurar alguém para culpar, porque não aqueles que não teriam como se defender e de qualquer maneira seria visto como os culpados.

As esmolas eram o maior ato de caridade do rico para com o pobre, a doação de terras para a construção de moradia e para ser feitos de roças, mas também funcionava como uma forma de controle, já que para quem recebia a terra isso funcionaria como um laço. Outra maneira de apelar para os pobres, eram os pedidos de ajuda para batalhas que juntaria toda a população, é o que acontece no jornal Araripe, ano 1856, Nº57:

Homens das diferentes épocas, Brasileiros de boa fé, republicanos rigidos ou moderados, monarchistas sinceros, pobres, escriptores ardentes e acessos no sagrado amor da patria, agricultores, soldados, povo qual é o estado actual aquelle, pelo qual tendes combatido e luctados? (O ARARIPE; ano 1856,Nº57)

5. Conclusão

Apesar de ser uma pesquisa em andamento, já foi possível encontrar resultados concretos sobre as classes perigosas e a maneira em que foi retratada em um Ceará oitentista. Como afirmamos, o desenvolvimento dos estudos, a leitura teórica e da produção historiográfica, combinada com a investigação nas fontes, possibilitará analisar a história vivida de trabalhadores e trabalhadoras e as relações sociais destes com os senhores, configurando o mundo do trabalho. Desse modo, a partir da perspectiva da História Social, será possível compreender o processo de lutas sociais entre senhores e

XXII SEMANA DE HISTÓRIA

História e Resistência:
pesquisas e debates
sobre as experiências de resistência
no Nordeste



trabalhadores nos sertões cearenses do século XIX, bem como a atuação dos agentes estatais.

6. Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pela bolsa de iniciação científica, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Regional do Cariri (URCA).

7. Referências

- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução Andréa Dore; revisão técnica José Jobson de Andrade Arruda. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **A derradeira gesta: Lampião e Nazarenos guerreando no sertão**. – 2ª edição: revista e ampliada - Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BARTELT, Dawid Danilo. **Sertão, República e Nação**. – tradução de Johannes Krestschmer; Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- COHEN; CONGOST; LUNA (orgs.). **Pierre Vilar - uma História Total, uma História em construção**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888**. – tradução de Fernando de Castro Ferro. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.
- DANTAS, Monica Duarte. **Fronteiras movediças: relações sociais na Bahia do século XIX: (a Comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp, 2007.
- GOENDER, Jacob. **O Escravidão Colonial**. São Paulo: Ática, 1988.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **As classes perigosas: banditismo urbano e rural**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- KULA, Witold. **Problemas y métodos de la Historia Económica**. Barcelona: Ediciones Península, 1977.
- NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.
- O ARARIPE, 1856, edição 00057, p. 1, Coleção Digital, Centro de Documentação do Cariri – Universidade Regional do Cariri (CEDOCC).